

LEITURA, LITERATURA E DOUTRINAÇÃO DA CRIANÇA

Ana Arlinda de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso - IE

Os livros que serviram ao ensino da criança, no século XVI, tinham finalidade moralizante e seu objetivo fundamental era desenvolver a civilidade. Não eram livros escolares mas satisfaziam a necessidade de educação mais rigorosa e, embora estranhos ao mundo infantil e transmitindo regras de conduta, eram associados ao ensino de crianças pequenas.

O primeiro desses manuais é o *Civiltate Morum Puerilium*, escrito por Erasmo, datado de 1530. Especialmente dirigido à formação das crianças, tratava das posturas, dos comportamentos sociáveis, seja na escola, na casa, nas brincadeiras e até mesmo ao dormir. Para Revel (1991, p. 172-3), o tratado de Erasmo foi um livro inovador para a sua época, pelo fato de se dirigir diretamente às crianças, pois os textos mais antigos sobre a civilidade não apresentavam diferenciação entre adulto e criança.

Os tratados de civilidade, durante vários séculos, descreveram condutas prescritas e tinham a finalidade pedagógica de ensinar e fazer valer comportamentos legitimados, através do controle social, em que “ *as formas educativas, a gestão das almas e dos corpos, encerram o indivíduo numa rede de vigilância cada vez mais compacta*” (Revel, 1991, p. 170). É uma literatura que prescreve os comportamentos considerados probos, proscrevendo aqueles considerados desviantes. Para que surta seus efeitos, deve ser posta em prática por quem educa a criança, desde a mais tenra idade, para que ela não seja pervertida pela vida social.

A civilidade, porque segue a reforma católica, é um dos suportes da formação escolar. É um manual imposto pelo adulto, em que o mestre lê as lições e os alunos as repetem até

• Parte da tese de doutorado, defendida na UNESP/Campus de Marília-SP, orientada pela Prof^a. Dr^a Cleide Marly Nêbias, 2001.

internalizar na mente os conceitos nele contidos.

O primeiro tratado de civilidade que a criança brasileira conheceu tem o título de *Entretenimento sobre os deveres da civilidade*, da professora do ensino primário Guilhermina de Azambuja Neves, cujo objetivo era “*a instrução moral dos jovens, inculcando neles lições e advertências*” (Rainho, 1995, p. 141). Os manuais que circulavam na corte, no século XIX, chegaram ao Brasil num momento em que essas obras estavam amplamente difundidas na Europa, e se propunham a ensinar códigos de moralidade com o objetivo de moldar a criança.

Além dos manuais de civilidade, na transição da Idade Média com o Renascimento, sedimenta-se o hábito de leitura dos textos das Escrituras Sagradas entre as crianças. A literatura impregnada de moralismos e preceitos religiosos foi um dos veículos usados com a finalidade de disciplinar os indivíduos. A Igreja aprova ou desaprova as leituras de seus fiéis que, por serem julgados incompetentes, não têm liberdade de escolher aquilo que lhes agrada ler, pois esta escolha “*é uma responsabilidade do doutor [da Igreja], que conhece as armadilhas da escrita e dela se esquivava*”. (Chartier e Hébrard, 1995, p. 21).

Na França, dos primeiros anos do século XIX, o pensamento da Igreja ainda é o de que os maus livros são nocivos porque atingem as classes menos abastadas da sociedade, cuja salvação estaria mais segura se as pessoas se mantivessem na ignorância, reforçando com essa concepção sua hostilidade aos progressos da escolarização pública. Os doutores da Igreja falam de uma “*exaltação dos sentimentos e das paixões profanas provocadas pela leitura de livros imorais ou irreligiosos, que são nocivas à ordem social e à salvação da alma, pois não há leitura “neutra”*”. (Chartier e Hèbrard, 1995, p. 28)

Entre os séculos XVII e XVIII a leitura adquire importância mais concreta nos países da Reforma. Cada fiel deve “*aprender a ler e ver com os próprios olhos o que Deus ordena e comanda através de sua Palavra Sagrada*” (Chartier, 1991, p. 120). O livro religioso constitui a

base fundamental para a educação e moldagem das almas

Nas escolas da Reforma o currículo foi impregnado por um profundo espírito religioso. Decoravam-se catecismos, credos e cerimônias da Igreja. A Sagrada Escritura passa a ser o livro didático. Toda uma campanha de aprendizagem da leitura se intensifica na Europa, entre 1690 e 1720, porém é *“um saber ler de origem e uso religioso”* (Chartier, 1991, p. 121), são constatadas recitações sem compreensão, respostas decoradas que provam que a catequese não visava uma leitura pessoal da Bíblia, mas apenas a memorização de fórmulas ensinadas.

A família protestante reúne-se ao redor do livro, principalmente, da Bíblia, para apreender os preceitos nela contidos. A leitura é algo a ser memorizado e ruminado também pelas crianças.

Num trajeto inverso ao da Igreja de Roma, as igrejas da Reforma, fundamentadas apenas na fé e na leitura pessoal da Bíblia, encerram o indivíduo numa rede de ensinamentos e práticas de leitura, cujo texto bíblico é sua essencialidade. A referência do católico não é diretamente o contato com a Bíblia como leitura pessoal, mas a leitura do catecismo, em que a base são os dez mandamentos adaptados pela Igreja: enquanto a Reforma propõe através da leitura da Bíblia o diálogo direto com Deus, os católicos, até então, fazem a leitura pela via dos escritos dos padres, eleitos emissários e intermediários da mensagem divina entre Deus e os homens.

A literatura moral e pedagógica vai fazer de trechos bíblicos sua bandeira para o ensino da leitura, com o sentido de normatizar o comportamento da sociedade. Os exemplos edificantes fizeram parte das leituras que visavam uma formação voltada para o ideal de virtude. A escola assume este ideal, fazendo a intermediação entre a criança e o livro, que se torna um instrumento para o ensino e, conseqüentemente, de manipulação ideológica.

Toda essa visão adultocêntrica é vivida também pela infância, que passivamente vai

internalizando esse conjunto de normas de civilidade e religiosidade. O adulto e o poder que lhe é conferido exercem drasticamente *“uma função domesticadora e coercitiva, dificultando a participação da criança na História enquanto sujeito”* (Perroti, 1990, p. 16)

Por outro lado, a história da Literatura Infantil está relacionada à formação da família burguesa, a partir do fim do século XVII; e se torna um dos instrumentos, assim como já é da Igreja e da pedagogia, para inculcar seus princípios, sendo ainda utilizada para a dominação, não porque apenas provê textos para essa faixa de idade, mas por *“aliar-se ao ensino e transformar-se em seu instrumento”* (Zilberman e Cademartori, 1987, p. 12). Textos lúdicos foram considerados perigosos, sendo portanto, afastados das primeiras experiências do escolar.

... o livro para a infância assumiu desde a sua origem, uma personalidade educativa. Ao invés do lúdico, adotou uma postura pedagógica, englobando valores e normas do mundo adulto para transmiti-los às crianças. O ludismo, porque condenado como escapista e fantasioso, foi banido para obras sem maior importância e de livre trânsito entre as camadas populares. ... o livro tornou-se simulacro da escola, por ensinar sempre uma atitude ou um saber. (Zilberman, 1990, p. 100)

Toda essa bibliografia edificante tinha como preocupação central prevenir a juventude contra a devassidão. Os livros lidos pelas crianças trazem embutida em suas páginas uma proposta utilitária de refinamento simultâneo, das maneiras e do espírito, e a instrução na religião e no decoro, para que as crianças e jovens não se tornem ímpios e nem perniciosos.

A Literatura Infantil foi o gênero convocado, para servir de instrumento que aliado à pedagogia buscou *“converter cada menino no ente modelar e útil ao funcionamento da engrenagem social”* (Zilberman, 1986, p. 18).

Parece evidente que este *“enquadramento compulsório da criança num mundo de adultos enrijecidos”* (Benjamim, 1984, p. 13), por meio de um exagerado ensino moralizante, não considera todo o imaginário do mundo da criança, nem leva em conta que ela não é perversa

e nem virtuosa, mas que é alguém que potencialmente pode desenvolver-se para viver sua liberdade de expressão de pensamento e fazer suas próprias escolhas vivenciais.

É possível observar que ainda sobrevive, em nossa atualidade, muito do que foram as práticas de leitura de séculos passados, não obstante pesquisadores da área da linguagem tenham todo o empenho de, por intermédio de estudos, revelar, refletir e sistematizar novas idéias. É lamentável que essas reflexões demorem tanto tempo a chegar aos educadores voltados para o ensino das crianças e, mais penoso ainda é verificar o quanto de resistência há em se apropriar desses conhecimentos, tomá-los para sua prática pedagógica, porque historicamente outros saberes foram impostos a ferro e fogo pelas instituições implicadas em educar. Embora estas afirmações possam parecer pessimistas, podemos dizer que estamos vivendo um momento com maior liberdade de opção, mas ainda temos de perguntar a quem realmente é dado o acesso à leitura e aos livros; tantos livros, tantas leituras, cada qual com sua função social.

É preciso compreender que o passado de leitura daqueles sujeitos, com os quais nos encontramos nos livros, não pode repetir-se hoje, sob pena de reproduzirmos, como legado daqueles tempos, leitores submetidos a uma única temática, e às imposições idiossincráticas das instituições que continuam a reger nossa vida cotidiana.

A mediação religiosa na formação do leitor: leituras sancionadas/leituras não autorizadas

A pesquisa realizou-se em três escolas confessionais de Cuiabá/MT, e foram ouvidas seis professora, três coordenadoras pedagógicas e duas bibliotecárias.

As educadoras foram unânimes em afirmar que existe a mediação religiosa na formação do leitor através das leituras que são oferecidas às crianças.

“... assuntos que fala de bruxaria ou não sei lá o que veio...” [referência ao espiritismo] Então, a gente tenta falar... Não é falar ‘não vai assistir ou não vai ler esse tipo de livro...’. Procuro mostrar que aquilo não é uma forma de crescer, de aprender. No caso você tira uma lição. Tem uma outra literatura que vai contribuir de uma forma positiva e melhor do que...”. (VANI – prof. – EP)

“Eu acho que sim. Até para a educação moral da criança é interessante direcionar”. (IVE – prof. – EA)

Perguntei à IVE se, com relação aos professores, a escola e a Igreja devem interferir.

Ela responde que a leitura deve estar voltada para a edificação.

“Sim! A gente deve escolher o que ler... Uma leitura sadia... uma leitura que vai te edificar...”. (IVE – prof. – EA)

IVE afirma que quando conta histórias, mostra exemplos de boa conduta, de virtude, ou seja, de religiosidade e de moral enfatizando que todas as histórias contadas em sala de aula tem essa conotação.

“Eu procuro sim! Busco! É... gosto de pedir para eles dar a opinião deles... Eu busco mostrar esse lado”. Olha, às vezes eu conto as histórias mas não friso o lado da religião... porque nós temos uma grande parte dos nossos alunos... não são da nossa religião, da igreja. Então eu procuro contar a história e levar para o lado da moral, como deve ser tal, tal, mas não enfoco assim a religião, você entende? Assim, os princípios morais é a coisa que todo mundo deve ter. Em qualquer religião tem!”. (IVE – prof. – EA)

Outra professora da EA entende que a escola deve direcionar as leituras dos alunos, mas o faz sobre seus próprios pressupostos de saber escolher o que é bom em leitura. É ela quem doa as boas leituras na sala de aula.

“Sim! (responde dando ênfase). Eu na minha sala... eu passo para os meus alunos aquilo que é bom! Eu não digo pra eles: ‘Ó, você não vai ler tal revista!’ Não! Eu acho que é uma coisa particular deles, mas passo aquilo que é bom para eles”. (JAC – prof. – EA)

JAC certamente é bem intencionada com as leituras que oferece aos seus alunos, porém ao finalizar sua fala deixa claro que há conseqüências para as más escolhas de leitura. Na

EA, conforme foi observado, as crianças não têm tantas oportunidades de escolha, pois essas escolhas são predeterminadas pela coordenação e pelas professoras.

“Você tem que saber escolher porque... a escolha que você faz é o que você recebe!”. (JAC - prof. – EA)

“O que não vai trazer edificação... pra vida... vida espiritual... Há uma seleção“. (MAR – biblio. – EA)

“Nós procuramos desenvolver os alunos em todos os aspectos, especificamente no espiritual, depois no moral. Você [a escola] deve dar princípios“. (ON – coord. – EA)

No CJ somente a bibliotecária explicita, o mesmo posicionamento das escolas evangélicas.

“Por ser... religiosa, eu acho que sempre a gente tem que direcionar. Nós procuramos ter dentro de nossa biblioteca coisas que não firam... de modo que já é um meio de direcionar. Agora, a gente não faz assim: ‘Vocês não podem ler isto, não pode ler aquilo!’ Nós não fazemos propriamente isso, mas nós não temos na biblioteca coisas que possam... “. (IROD – biblio. – CJ)

Para não criar problema, as professoras tem a preocupação de fazer a filtragem dos livros a serem lidos pelas crianças, porque as irmãs lembram que é preciso *“não dar margem... pelo nome da escola”*. Mesmo afirmando que a escola não tem esse procedimento, ao fazer leituras antecipadas para evitar aborrecimentos, ao ter que preservar o nome da escola, como lembra a irmã, fica evidente que aquilo que IROD afirmou em sua fala é mesmo o que a escola deve fazer nas questões pertinentes às leituras dos alunos, aspecto esse que é negado pela coordenadora pedagógica.

O que ficou evidenciado nas falas das professoras é que as escolas confessionais devem e fazem a mediação entre a leitura e a criança, tendo por base os princípios doutrinários das Igrejas que as mantêm. Como mostram os primeiros tempos da organização dessas Igrejas, suas escolas, mantêm ainda os princípios de reprodução do que deve ser a vida e a formação do

cristão. A escola é a continuidade da Igreja. As leituras que cada um escolhe pode trazer conseqüências para o leitor, porque estas estão ainda enquadradas nos dogmas religiosos, embora o discurso sobre a prática pedagógica relacionada à leitura expresse de liberdade de escolha.

As aproximações: moralizar e edificar por meio da literatura infantil

Nas escolas confessionais envolvidas na pesquisa, a Literatura Infantil é freqüentemente colocada como veículo para a moralização e/ou doutrinação, ensino dos conteúdos escolares nas diferentes áreas do currículo e com menos evidência para divertimento /prazer estético. Destes o que mais se evidenciou foi o aspecto moralizante e doutrinário, por meio das histórias. Além de explorar na história o lado religioso, NEI da EP também procura integrar as histórias da Literatura Infantil com outra área do currículo, mas ainda assim é sempre para o “despertamento” da criança, conforme propõe VAN da mesma escola .

“Na literatura ele [o aluno] vê uma história... ele vê uma moral... tirar alguma coisa dali... que ele leu. Então eu vejo assim, um despertar mesmo pra criança”. (VAN - coord. – EP)

Um exemplo de como a Literatura Infantil pode ser usada como conteúdo moralizante e doutrinário foi narrado por VAN da EP, que trabalhou uma atividade em sala de aula com uma lenda do folclore brasileiro:

“O negrinho [do pastoreio], é uma criança que foi criada numa fazenda sendo muito judiado e por fim colocado no formigueiro. “Tinha essa fazenda um preto velho que fazia macumbaria, esses negócios... a moral do livro era assim: que nós não devemos fazer acepção de pessoas, porque o negrinho, era sempre discriminado em vista das outras crianças. Então, a professora trabalhou o racismo e trabalhou religião”. (VAN – coord. – EP)

VAN declara que as crianças precisam saber que existe uma variedade de religiões, ou seja, “várias maneiras de cultuar”. Ela conta que explicou aos alunos os tipos de culto e o vocabulário das religiões ligadas aos cultos africanos

“... pra eles saberem que existe outros cultos, outros deuses, sem ser o Deus que nós adoramos, que nós falamos que é o Deus verdadeiro. Pra nós é um Deus verdadeiro, agora pro outro lá, ele acha que aquele é verdadeiro, mostrando pra criança que... ela não fica achando que é só esse, e depois quando deparar com o outro, aí ele acha que existe”. (VAN – coord. – EP)

Após a execução dessa atividade na sala de aula, a escola teve problema com pais de alunos que, segundo a coordenadora, não entenderam a princípio o objetivo ao explorar esse texto.

“O pai também vem questionar com a gente. Porque a nossa clientela é quase toda assim... alunos evangélicos. O pai chegou e falou que ele não aceitava o filho dele lendo aquele livro e aquele livro falava sobre Exu que era o deus verdadeiro, e que o deus verdadeiro dele [o pai] não é aquele deus, o deus verdadeiro dele é o Deus da Bíblia”. (VAN – coord. – EP)

Segundo VAN, o pai questionou o fato da escola, sendo evangélica, oferecer às crianças aquele livro para leitura:

“... esse livro foi dado de propósito. O professor fez todo um plano e deu... O aluno leu o livro porque ele estava trabalhando em todos os sentidos”. (VAN – coord. – EP)

Coube à coordenadora então explicar ao pai qual tinha sido a intenção ao trabalhar esse texto na sala de aula.

“Explicamos para o pai que a criança não pode ver só aquela linha, ele tem que saber todas as outras coisas e ter uma visão do outro mundo, do mundo que circula por aí...”. (VAN – coord. – EP)

Conhecer outras linhas, outras filosofias, tem contido para VAN “um sentido” que torna-se claramente doutrinário quando ela pergunta:

“... se ele é dessa filosofia [evangélica], como é que ele vai se defender das outras, se ele não conhece as outras?. Ele só pode se defender das outras teorias, das outras filosofias se conhecer, tanto a dele bem como ter noção de todas as outras... o que é para a vida dele e também pode chegar num determinado ponto falando: “Porque me proibiram isso? Então, esse aqui deve ser bom!” Aí, pode pender para aquele lado também!”. (VAN – coord. – EP)

O objetivo real que VAN pretende alcançar não é que seus alunos conheçam outras filosofias, outras teorias, como formas religiosas diferentes que coexistem na sociedade; sua intenção é que os alunos aprendam a se defender e que repudiem essas outras idéias.

Uma das lendas mais conhecidas do folclore brasileiro foi transformada duplamente nesta escola: em atividades pedagógicas e como âncora para reproduzir as Doutrinas de Igreja.

Também na EA a escolha do livro, que entendem como Literatura Infantil, está condicionado à filosofia da escola, segundo observou a coordenadora ON, cuja interferência é decisiva. MAR, a bibliotecária, acrescentou que em cada bimestre é adotado um “paradidático” pela coordenadora ON em que *“ela olha se não vai afetar a filosofia da escola”*.

“Pelo que eu entendo é... coisa que não vá além do criacionismo, que envolva essa coisa de bruxaria, feitiço... A gente não está ligado nessas coisas. Mas pode assim... historinhas de criança... simples... que não foge muito...”. (MAR – biblio. - EA)

Para MAR os temas da Literatura Infantil *“não podem influenciar naquilo que a gente acredita”*. Como consequência, alguns temas estariam fora do contato com as crianças.

“Olha, no meu entender, seria...coisas que falam de vampiro, morte... porque eles deturpam um pouco. Não tem nada a ver com nossa filosofia!”. (MAR – biblio. - EA)

Entre as histórias não autorizadas estão as histórias de bruxa e entre as autorizadas alguns contos clássicos:

“Não! ...a não ser ‘A Bela Adormecida’... ‘Branca de Neve’ que a criança já sabe que não é aquela coisa pesada!” (MAR – biblio. - EA)

MAR cita então um livro de Literatura Infantil que, entre outros, foi interditado pela escola:

“ Dráuzio! Eu nem sabia! Um pai veio comentar comigo que aquele livro, ele achava que não prestava para usar na biblioteca, que ali estava falando muito de vampiro... assim, coisa que não tem nada a ver com nossa filosofia”. Aí, eu já dei um fim no livro! Olha, esse ‘Dráuzio’, eu joguei fora! Eu falei: Se não serve pra gente, eu acho que também não vai servir pra outra pessoa!... e era só um também que estava no meio de tantos!”. (MAR – biblio. - EA)

O livro interditado pela escola é “Dráuzio” texto de Lúcia Pimentel Góes e ilustrações de Walter Ono, editado pela editora católica Paulus. Este livro recebeu o Prêmio Bienal Câmara Brasileira do Livro em 1986, como o melhor texto infantil e está atualmente na 9ª edição. Segundo Góes, sua autora, a temática do livro trata de um resgate do mito, narrando a história de uma família de vampiros, na qual nasce um membro diferente. Dráuzio é um vampiro-criança agraciado por uma fada, que derrama pólen de rosa e perfume de violeta na primeira mamadeira do bebê-vampiro. Disso decorre que *“ele será um vampiro diferente, que acabará exilado pelos vampirões, lutando por sua verdade e contra as instituições ultrapassadas não por serem milenares, mas por não terem a menor razão de ser”* (Góes, 1996, p. 125). O que Góes propõe neste livro é a intertextualidade, pois reúne um misto de personagens como o conde Drácula, Matusalém e Zé do Caixão. No entanto, Lobato está presente pois Dráuzio nasce no mesmo dia, hora e local do nascimento desse autor, considerado símbolo da Literatura Infantil por seus questionamento e propostas de mudanças. Dráuzio, em sua diferença, vai lutar contra o autoritarismo, os estereótipos, os preconceitos e as rejeições. O texto é repleto de humor. A narrativa atinge seu clímax quando Dráuzio é julgado pela Assembléia dos Vampiros.

White (1994, p 238) muito citada pelas crianças e suas professoras, e considerada a profetiza da Igreja Adventista, adverte os fiéis sobre o que é falso e o que é verdadeiro na educação das crianças, afirmando que se dá importante lugar aos contos de fada, mitos e histórias imaginárias. Pergunta White: Como podem pais cristãos permitir que seus filhos usem livros tão cheios de mentiras? Para a autora, as idéias contidas nestes livros desencaminham as crianças, pois comunicam falsas idéias da vida, suscitando e nutrindo o desejo pelo irreal. O vasto uso desses livros em nossos dias, é uma das astutas maquinações de Satanás, que procura desviar a mente das pessoas, da grande obra de formação do caráter. A pretensão de Satanás é que nossas crianças e jovens sejam devastados pelos enganos destruidores da alma com que ele está enchendo o mundo, desviando suas mentes da palavra de Deus, impedindo-os de conhecer as verdades que os salvaguardariam. Segundo concebe White, nunca devem ser colocados nas mãos da infância livros que contenham uma perversão da verdade.

NEI da EP acha que é importante explorar questões como a virtude e os bons hábitos através das histórias contadas às crianças. Ela cita duas categorias que podem ser trabalhadas nas histórias infantis quando se trata de exemplos educativos: o da criança malvada e da criança bondosa.

“...tem histórias que mostram assim, a criança malvada, o que acontece com ela e qual é o resultado... A gente sempre mostra o resultado. A gente trabalha orientando os dois lados, mostrando o resultado, deixando a criança escolher, ‘O que você quer? Se você fizer isso...’ Contando histórias bíblicas eu sempre mostro isso, ‘olha o caminho é aqui! Ó, esse menininho fazia...’ Quando eu conto histórias bíblicas eu procuro mostrar, pegar exemplo de personagem criança. Então, você orienta, você fala: ‘Olha é por aqui, se você fizer assim o seu prêmio [ou castigo] vai ser esse, esse e esse... agora, se você fizer isso, ó, o teu prêmio vai ser esse e esse. Você mostra os dois lados e deixa a criança escolher’”. (NEI – prof. – EP)

Histórias bíblicas: obediência versus desobediência

O tratamento que essas escolas dão às histórias da Bíblia e às histórias, sejam clássicas ou contemporâneas entram, frequentemente, na categoria da moralização, através dos exemplos. Historicamente, a educação da criança foi baseada nos exemplos dos homens que a Igreja considerou santos e dos heróis escolhidos pelo Estado.

“...às vezes, elas [as crianças] vêm todas querendo um livro da vida de Jesus. Olha, os livros ensinam muita coisa boa para as crianças. Você sabe que eles gostam muito de livros religiosos? As crianças gostam muito! Vida de Jesus, de Nossa Senhora... quanto eu trago, quanto eles lêem... “. (IROD – biblio. - CJ)

Para IVE o objetivo para se contar a vida de Jesus na escola é salvação.

“Olha, as histórias da vida de Jesus, eles gostam demais! Quando a gente conta eles... prestam atenção mesmo, perguntam!... O objetivo é mostrar para eles como Jesus andou, o amor de Jesus por cada um de nós. É que ele chegou a nos amar tanto, de enviar seu próprio filho para morrer para nos salvar“. (IVE – prof. – EA)

As histórias do Antigo Testamento trazem exemplos de obediência.

“É como as pessoas procederam no passado, trazem lições de vida para eles. Pessoas que lutaram, que trabalharam... História de Moisés... obediência... Abraão, Fé... Ló, as histórias de Ló, a Arca de Noé...”. (IVE – prof. – EA)

“As histórias que a gente faz... são histórias religiosas baseadas na Bíblia... de Pedro, Moisés, Sansão... São essas as histórias de crente. Tanto do Velho como do Novo [Testamento]“. (JAC – prof. – EA)

MAR concebe que as histórias da Bíblia oferecem às crianças a decisão e a escolha entre o bem e o mal.

“Toda história... pega lá na Bíblia mesmo, tem o lado bom e o lado ruim também. E eles assim na hora que forem maiores, tem como tomar uma decisão. Eles vão saber se basear nas histórias, que já ouviram, que eles aprenderam”. (MAR – biblio. – EA)

Certas histórias bíblicas devem ser higienizadas ao serem contadas às crianças.

“Contaria que Davi era um menino bom, que ele ajudava muito o pai e, não contaria o lado pesado da morte... de Golias... essa coisa... Não entraria em detalhes!”. (MAR – biblio - EA)

“História da Bíblia é uma história que todo mundo, adulto e criança ouve, só que você vai modificar a forma de contar, e quando for estudar história, que nem a história de Jericó, eu não vou poder contar para eles da mesma forma que o adulto vai ler. Se eu mandar eles lerem a Bíblia eles num vão... compreensão...” (VANI – prof. – EP)

VAN explicita que as histórias do Velho Testamento trazem para as crianças de hoje ensinamentos doutrinários como

“...a confirmação de que Deus existe e, que ele está no controle daqueles que estão... Vamos supor que estou na Igreja... Eu aceitei Jesus... Então, eu sou povo de Deus! Confirmar que ele é fiel, e o que ele continua fazendo por nós”. (VAN – coord. – EP)

As crianças ouvem as histórias das personagens bíblicas e suas experiências, com o objetivo de enfatizar as atitudes de obediência, desobediência; bondade, maldade; castigo, recompensa:

“... está sempre contando a história de Moisés, de todos os reis... Tem reis que foram bons, tem reis que foram maus. Conta porque um rei acaba e foi mau... o que o rei Saul fez, o que o rei Davi fez... É mais assim, pela obediência e a desobediência... O ensinamento para nós é mais isso, aquele que obedeceu cumpriu o que Deus determinou e chegou no final, ele teve um bom andamento na vida dele, aquele que desobedeceu sempre terminou em tragédia, porque não obedeceu!”. (VAN – coord. – EP)

A frequência das histórias bíblicas, principalmente na EA, foi relatada pelos alunos e é confirmada pela professora IVE.

“Toda semana tem duas histórias bíblicas, que a gente tem no manual do professor. Toda semana tem isso e, à medida do possível, quando a gente vê assim, que tem necessidade... acontece alguma coisa, a gente procura uma história educativa, assim, que combine com aquele momento”. (IVE - prof. – EA)

Perguntei à IVE se na EA se contam mais histórias da Bíblia que outras histórias infantis.

“Olha, a gente tem dado preferência para as histórias da Bíblia”.(IVE – prof. – EA)

As histórias da Bíblia, contadas às crianças, continuam, como historicamente foram impostas: como passaporte para a salvação das almas. É um livro para ser usado como norma de vida cristã, e não como literatura para ser apreciado.

Neste contexto é possível concluir que a Literatura Infantil na prática pedagógica das escolas confessionais envolvidas na pesquisa é, cotidianamente, usada para a moralização. Nas duas escolas protestantes as histórias infantis são usadas, também, para a doutrinação nos princípios das Igrejas que patrocinam essas escolas.

Constatou-se que a leitura das histórias da Bíblia têm mais ênfase nas escolas evangélicas, embora sejam usadas na escola católica. São histórias contadas às crianças com um caráter predominantemente moralizador.

Na prática pedagógica dessas escolas não existe equilíbrio entre o modo de leitura como fruição e apreciação estética e a busca de leitura utilitária voltada para o ensino edificante; a primazia é dada ao segundo. Nas escolas pesquisadas controla-se o prazer de ler em prol da leitura utilitária e do esforço da constante disciplina preventiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a Educação*. Tradução Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo: Summus, 1984.
- CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura - 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, Roger. *As Práticas de Leitura*. In: História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes. v. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. *O Livro. Uma perspectiva de mudança* In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História – Novos Objetos. 4 ed. Rio de Janeiro:

- Francisco Alves, 1995.
- GÓES, Lúcia Pimentel. *Olhar de Descoberta*. SP: Mercuryo, 1996.
- _____. Dráuzio. 9ed. São Paulo, Paulus, 1984.
- KHÉDE, Sônia S. *Literatura Infanto-juvenil – um gênero polêmico*. 2 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto 1986.
- MANACORDA, Mário A. *História da Educação. Da antigüidade aos nossos dias*. Tradução Gaetano Lo Monaco. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- PERROTTI, Edmir. *Confinamento cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1990.
- _____. *A criança e a produção cultural*. In: BELINKI, Tatiana A produção Cultural para a criança. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- REVEL, Jacques. *Usos da Civilidade*. In: História da vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes. V. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WHITE, Ellen G. *Conselhos sobre Educação*. Trad. Carlos Trezza. 2 ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1994.
- ZILBERMAN, Regina & MAGALHÃES, Lúcia Cademartori. *Literatura Infantil. Autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O lugar do leitor na produção e recepção da Literatura Infantil*. In: Khéde, Sônia S. (org.) *Literatura Infanto-juvenil – um gênero polêmico*. 2 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- _____. *Literatura Infantil: livro, leitura e leitor*. In: BELINKY, Tatiana (org.)
. A produção cultural para a criança. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.